

POR UM ENSINO FEMINISTA DA HISTÓRIA: UMA POTÊNCIA PIBID

Maria Lúcia de Sousa Cortez, Ana Enedi Prince.

Universidade do Vale do Paraíba/Faculdade de Educação e Artes, Avenida Shishima Hifumi, 2911, Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos-SP, Brasil, maluscortez@gmail.com, prince@univap.br.

Resumo

Instituído desde 2008, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) tem por finalidade, através da inserção de estudantes matriculados em cursos de licenciatura do Ensino Superior ao cotidiano da educação básica de rede pública, o aperfeiçoamento da formação teórico-prática desses licenciandos e o aprimoramento do ensino público. Nessa perspectiva, a presente pesquisa comprometeu-se em refletir a respeito da interseccionalidade dos conceitos de ensino de história, gênero (enquanto uma categoria de análise), história das mulheres, pedagogia popular feminista e engajada, e as possibilidades de articulação desses a prática educacional do PIBID. Para tal, foi utilizada a abordagem metodológica de cunho qualitativo exploratório, a prática da pesquisa-ação e a análise bibliográfica. Para a observação das dinâmicas em sala de aula, se teve por referência a oficina “O Ofício da Historiadora e as Comunidades Tradicionais”, aplicada para os alunos participantes, os quais se incluem na faixa etária de 13 a 15 anos de idade. Concluiu-se ao final que o PIBID se apresenta enquanto um local propício para a implementação de reflexões a respeito de narrativas contra-hegemônicas, inclusive no que diz respeito ao método.

Palavras-chave: Pedagogia Feminista; Ensino de História; PIBID.

Área do Conhecimento: Humanas (INID).

Introdução

Há dois princípios essenciais para aqueles que têm o ensino da História como ofício, segundo Fonseca (2003). O primeiro deles é considerar a função fundamentalmente educadora e emancipadora deste, além de seu papel central na formação de uma consciência histórica, promovendo a constituição da identidade. Já o segundo centra-se na necessidade de reconhecer que a significação do ensinar história sempre se constrói mediante as lutas políticas e culturais (Fonseca, 2003, p. 89), assim como a produção do próprio conhecimento histórico de modo geral. Exemplo disto é a historiografia centrada em mulheres, a qual, durante a década de 1980, se consolidou como campo de pesquisa. É importante estabelecer que tal fato está relacionado, para além das transformações trazidas pela Escola dos *Annales*, a *Nouvelle Histoire* e o surgimento de novos paradigmas científicos, com crítica ao racionalismo e a menor exigência de critérios muito rígidos, à feminização das universidades e as reivindicações e denúncias realizadas pelo movimento feminista desde os anos 60 (Silvia, 2008).

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) fomenta, através da inserção dos licenciandos no cotidiano das escolas da rede pública, o intercâmbio da produção científica acadêmica e o contexto da educação básica, contribuindo para o enriquecimento da formação teórico-prática do primeiro grupo (Brasil, 2024). Outro diferencial do programa a ser evidenciado é o incentivo a pesquisa aos bolsistas, o que propicia a formação de professores-pesquisadores e reflexivos, tendo como referência o ambiente escolar como objeto de estudo. A prática docente mesclada à pesquisa propicia maior qualidade de ensino, a partir da formulação de novos conhecimentos.

Dessa forma, explicitamos neste texto a problemática referente às dinâmicas de gênero na História e o seu ensino no ambiente da educação formal básica. É válido estabelecer que as palavras, assim como as ideias que estas pretendem transmitir, não possuem significados enrijecidos e únicos, pois todas possuem uma história. E isto não é diferente com o vocábulo “gênero”. Aqui, utilizaremos sua significação a partir da noção feminista, sendo então “uma maneira de se referir à organização social

da relação entre os sexos”, rejeitando o determinismo biológico implícito na utilização do termo “sexo” (Scott, 1995, p. 72). Aplicado ao estudo histórico este conceito compreende os papéis e simbolismos sexuais presentes nas sociedades do passado.

Metodologia

Durante este trabalho, foi utilizada como metodologia a abordagem qualitativa exploratória, fundamentada na pesquisa-ação – definida por Thiollent (1994) como um tipo de pesquisa social de base empírica e que envolve a cooperação dos pesquisadores e participantes –, na observação prática das dinâmicas em sala de aula e análise bibliográfica das temáticas aqui abordadas. Para tanto, este baseou-se no texto de Fonseca (2003) para abordar as questões relacionadas ao ensino de história, em Scott (2017), no que diz respeito à categoria de gênero, e na correlação dos conceitos trazidos por Korol (2007) e hooks (2022) para tratar sobre as noções de pedagogia popular feminista e pedagogia engajada, respectivamente.

Na oficina observada e aqui comentada, “O Ofício da Historiadora e as Comunidades Tradicionais”, foi proposto o debate a respeito da escrita da História. “Como vocês imaginam alguém que escreve a História?”, essa foi a pergunta central realizada durante a aula e as respostas dos alunos, os quais possuem idades variadas entre 13 e 15 anos, nortearam a produção do presente escrito. Também foi dada atenção para as fontes utilizadas para a produção da História que temos contato, por exemplo, através dos livros didáticos.

Posteriormente a explanação teórica e a discussão inicial, foi proposto um exercício prático que envolveu o uso de folhas de papel almaço, lápis-de-cor e grafite. Nesse, os estudantes foram provocados a registrar algo que se recordavam da discussão e da aula, sem utilizar palavras escritas, somente o desenho.

Resultados

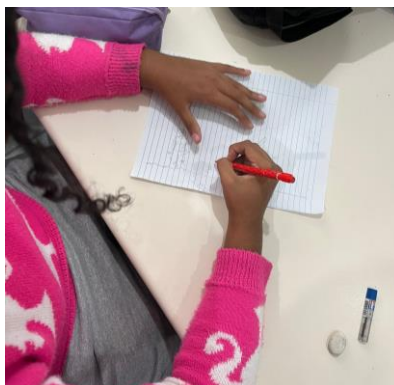
A atividade aqui relatada compreendeu, inicialmente, em primeiro momento a explanação teórica, a qual procurou estabelecer a reflexão crítica a respeito do apagamento, tanto de personagens femininas, quanto de outras minorias sociais e étnicas no ensino e na produção de conhecimento histórico e de humanidades. Esta ausência está relacionada à limitação de fontes, as quais se restringem muitas vezes a documentos escritos, produzidos por homens e analisados sem considerar a mulher como sujeita histórica. (Fernández Valencia, 2006). Assim sendo, a aula procurou abarcar fontes alternativas, para além da escrita, a partir da interdisciplinaridade com as áreas da antropologia e arqueologia, e novas possibilidades de leitura e olhares para as já utilizadas, como é necessário na produção de histórias sobre mulheres. Faz-se relevante pontuar que a discussão a respeito do primeiro grupo se caracterizou a partir de experiências pessoais, visto que a maioria dos estudantes participantes do projeto são meninas de idades variadas entre 13 e 15 anos, fato que, inclusive, incentivou a escolha inicial desta temática.

Para fins de melhor visualização da apresentação de *slides* utilizada para a explicação, os alunos foram organizados na sala seguindo o modelo tradicional, mas ainda assim foram provocados a participar ativamente do debate, a partir de questionamentos realizados pelos bolsistas responsáveis pela aula.

Em seguida, os estudantes foram provocados a registrar, evitando o uso de palavras, os conceitos apresentados durante a exposição do conteúdo, tendo como material de referência suas anotações individuais e um livro de imagens sobre arqueologia, disponibilizado por uma das licenciandas. No final da atividade, é interessante explicitar, uma das estudantes desenhou a imagem de uma arqueóloga em contato com uma mulher indígena, demonstrada na figura 1. Ao ser questionada a respeito da representação, a aluna respondeu que sua escolha estava relacionada à reflexão realizada durante o início da aula.

Figura 1 - Representação de uma arqueóloga realizada por uma das alunas

A Ciência do NANO e seu impacto transformador no MACRO



Fonte: as autoras (2025)

Discussão

A aplicação da oficina *O Ofício da Historiadora e as Comunidades Tradicionais* teve por objetivo provocar criticamente os alunos integrantes do programa do PIBID a respeito de quem são os agentes que produzem ou produziram a “História Oficial”, suas fontes e personagens de destaque, e por qual motivo este campo do saber, assim como outros tantos, ainda que no imaginário popular, é extremamente masculinizado. Um exemplo disto é, como evidencia Díaz Rodríguez (2003) o fato de que em tanto em produções acadêmicas, quanto em textos escolares, a presença feminina é constantemente invisibilizada, inclusive pela linguagem utilizada e maneira que estes são escritos. Assim sendo, é relevante “caracterizar o androcentrismo”, reconhecido enquanto um enfoque unilateral que considera a experiência masculina como medida universal e resultado absoluto para qualquer outra, desprezando o papel social das mulheres e às restringindo apenas ao espaço privado, de produção de bens de consumo familiar e reprodução de seres humanos. (Fernández Darraz, 2017, tradução nossa).

Vale pontuar que, no início da atividade, foi questionado aos estudantes como eles imaginavam uma pessoa que produz a História e a resposta foi quase unânime: um homem, branco, velho e de barba. A título de comparação para essa discussão, foi pedido ao *Meta IA*, inteligência artificial do aplicativo *Whatsapp* que produzisse uma imagem com a seguinte descrição “me faça uma imagem de alguém que escreve História”, e o resultado (demonstrado na figura 2) foi semelhante à ideia proposta pelos alunos. Dessa forma, é importante se questionar como a categorização dos dados em sistemas de IA implica na manutenção da estrutura de dominação, preconceitos e relações de poder em nossa sociedade” (Helanski Cardoso, 2024, p. 3).

Figura 2 - Imagem gerada utilizando o *Meta IA*.



Fonte: as autoras (2025).

A Ciência do NANO e seu impacto transformador no MACRO

De acordo com Montserrat Moreno (2003), o androcentrismo, então, cumpre uma função castradora, tendo influenciado e sido naturalizado ao longo dos séculos pelo pensamento científico, filosófico, religioso e político, de forma a não se enxergar outra maneira válida ou possível de se pensar. O conhecimento, no geral, foi dominado pelo androcentrismo e isto se expressa, inclusive, nos discursos que permeiam e formam o sistema e o espaço escolar. É possível constatar esta observação na própria Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e em apostilas do ensino básico, onde o protagonismo feminino é pouco e às mulheres são designados papéis tradicionais de gênero.

Quadro 1 - Incidências temáticas relacionadas a história feminina na Base Nacional Curricular Comum de História do Ensino Fundamental

ANO	UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADE RELACIONADA
6º ano	Trabalho e formas de organização social e cultural.	O papel da mulher na Grécia e em Roma, e no período medieval.	(EF06HI19) Descrever e analisar os diferentes papéis sociais das mulheres no mundo antigo e nas sociedades medievais.
9º ano	O nascimento da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX.	Anarquismo e protagonismo feminino.	(EF09HI08) Identificar as transformações ocorridas no debate sobre as questões da diversidade no Brasil durante o século XX e compreender o significado das mudanças de abordagem em relação ao tema. (EF09HI09) Relacionar as conquistas de direitos políticos, sociais e civis à atuação de movimentos sociais.
9º ano	Modernização, ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946.	A questão da violência contra populações marginalizadas.	(EF09HI26) Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas.

Fonte: Brasil (2018) e Santos (2025).

Faz-se necessário apontar que somente no ano de 2024 foi aprovada a Lei 14.986, a qual garante e torna obrigatório o ensino da contribuição feminina à humanidade. Porém, como colocar em prática o ensino desta história, de maneira a evitar as simplificações e estereótipos vigentes? É preciso considerar, desse modo, outras categorias de análise, aportes teóricos e metodológicos para tal exercício.

Enxerga-se na pedagogia popular feminista e na pedagogia engajada uma possibilidade para resolução da questão aqui apontada. Vale informar que ambas são inicialmente influenciadas pelo pensamento de Paulo Freire, da educação como prática de liberdade, muito embora elas se distanciem desta matriz inicial e entre si mesmas.

A pedagogia popular feminista, a partir de Claudia Korol (2007) não intenta se restringir as mulheres, muito embora seja construída a partir das experiências de resistência e do pensamento político do movimento feminista. Esta teoria baseia-se, para além do questionamento à cultura androcêntrica e anti-patriarcalismo, na perspectiva de educação anti-racista, anti-imperialista, anti-capitalista e anti-homofóbica (Korol, 2007 tradução nossa).

Por outro lado, a pedagogia engajada – também chamada de progressiva e holística –, formulada por bell hooks (2013), se relaciona também ao pensamento do monge vietnamita Thich Nhat Hanh e, partindo deste, esta dá ênfase ao bem-estar. Com isso, hooks (2013) não entende que as salas de aula se transformem em terapias em grupo, mas sim, que o conhecimento seja transformador para a melhoria dos professores e alunos. Assim, aos docentes caberia a tarefa de autoatualização, de realizar ligações entre experiências pessoais e o conteúdo ensinado, de quebrar as estruturas de dominação impostas nas práticas pedagógicas; e os alunos, que assumam responsabilidade de contribuir para o aprendizado, assim como de seus posicionamentos, falas e escolhas (hooks, 2013).

Aliando ambas as teorias, é possível formular uma prática que valorize a construção do conhecimento sem as hierarquias tradicionais impostas ao processo de aprendizagem escolar e também colocando em pauta as questões referentes ao ensino numa perspectiva fora da lógica capitalista, buscando a valorização de identidades dissidentes.

Conclusão

O presente artigo comprometeu-se em abordar a respeito do ensino de história e do gênero como categoria de análise, e como estes se manifestam nas dinâmicas em sala de aula no PIBID. Para esta observação, teve-se por base a oficina *O Ofício da Historiadora e as Comunidades Tradicionais* aplicada por dois bolsistas que consistiu na reflexão da presença feminina e de outras identidades minoritárias na produção de conhecimento histórico e na própria História.

Ao final da ação, por meio das imagens produzidas pelos estudantes, foi possível evidenciar os impactos trazidos pela reflexão inicial a respeito da ação de mulheres na construção do saber científico. Posteriormente, durante a escrita do texto aqui apresentado, buscou-se refletir em outras práticas e teorias de ensino e aprendizagem visando a maior pluralidade e diversidade.

Dessa forma, enxerga-se no PIBID um espaço onde teorias como a pedagogia popular feminista e a pedagogia engajada podem e devem estar relacionadas com a prática.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Ações e Programas / Pibid - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. [Brasília]: Ministério da Educação, 21 jul. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/pibid/pibid>. Acesso em: 12 ago. de 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escola-em-tempo-integral/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal.pdf/view. Acesso em 18 ago. de 2025.

DÍAZ RODRÍGUEZ, A. *Educación y género*. Colección Pedagógica Universitaria, No. 40, julio-diciembre, 2003.

FERNÁNDEZ DARRAZ, M. C. *La valoración en el discurso de la enseñanza de la historia*. Aportes para el análisis del androcentrismo. Revista Signos. Estudios de Lingüística, 2017, 50(95).

FERNÁNDEZ VALENCIA, A. *Las mujeres como sujeto histórico: género y enseñanza de la historia*. Didáctica de las Ciencias Experimentales y Sociales, [S. l.], 2013. DOI: 10.7203/dces.2898. Disponível em: <https://turia.uv.es/index.php/dces/article/view/2898>. Acesso em: 25 ago. 2025.

FONSECA, S. G. *Didática e prática de ensino de história: Experiências, reflexões e aprendizados*. Campinas, SP: Papirus, 2003.

A Ciência do **NANO** e seu impacto transformador no **MACRO**

HELANSKI CARDOSO, J. C.. *Imagem gerada por Inteligência Artificial na escrita antropológica*. Desde el Sur, 16(2), e0023, 2024. Disponível em: http://www.scielo.org.pe/scielo.php?pid=S2415-09592024000200006&script=sci_arttext&lng=es

hooks, b. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

KOROL, C. “*La educación como práctica de la libertad*”: Nuevas lecturas posibles. In: VV.AA. (2007). *Hacia una pedagogía feminista. Géneros y educación popular*. Buenos Aires: Pañuelos en Rebeldía. pp. 9-22.

MORENO, M. *Como se ensina a ser menina: o sexismo na escola*. Moderna, 2003.

SANTOS, D. C. B. dos. *Lei N° 14.986/2004 e educação: impacto no ensino de história das mulheres*. Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura em História. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2025.

SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & Realidade, [S. l.], v. 20, n. 2, jul./dez., 1995.

SILVA, T. M. G. da. *Trajetória da Historiografia das Mulheres no Brasil*. POLITEIA: Hist. e Soc., Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, p. 223-231, 2008.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 6. ed. São Paulo, SP: Editora CORTEZ, 1994.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID)